Os saberes do campesinato sem-terra e a luta dos posseiros na Fazenda Primavera em Andradina-SP: contribuições do IAJES e da CPT

The Knowledge of the sem-terra peasantry and the struggle of the posseiros at Fazenda Primavera in Andradina-SP: contributions from IAJES and CPT

Maria Celma Borges*
Andresa Fernanda da Silva**

RESUMO: Este texto objetiva discutir os saberes do campesinato e a luta pela terra em Andradina-SP, com ênfase para as ações dos posseiros e as suas experiências na conquista do assentamento Fazenda Primavera, desembocando em outros movimentos pela região. O foco se centra na reflexão da "terra de trabalho" e "morada da vida" e o seu significado para os camponeses. Pretende-se, em meio ao estudo da resistência camponesa dos sem-terra da Primavera, apreender o papel de agentes mediadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) nessas lutas, entendidos aqui como fundamentais para o fortalecimento das práticas dos sujeitos envolvidos. Destaca-se, nesse debate, a Teologia da Libertação como alimento para as ações da CPT e do IAJES, uma entidade a contribuir, desde fins da década de 1960 até meados de 1990, na construção da história de lutas do campo e cidade, por fazer de seu espaço um ambiente de organização das práticas e de preservação da memória das lutas e ser uma entidade fomentadora e aglutinadora de atividades voltadas aos movimentos sociais. Para esta discussão, utilizamos referenciais teóricos, assim como jornais que constam no acervo do IAJES. Também trabalhamos com fontes orais, coletadas pelas autoras, em diferentes temporalidades, mas ainda com relatos disponibilizados no texto de Maria Esther Fernandes (2010), ao rememorar, passadas mais de duas décadas, os passos e os agentes de sua pesquisa de Doutorado na Fazenda Primavera, em 1985.
Palavras-chave: terra de trabalho, Andradina, IAJES, CPT.

ABSTRACT: *This text aims to discuss the knowledge of the peasantry and the struggle for land in Andradina-SP, with emphasis on the actions of the squatters and their experiences in conquering the Fazenda Primavera settlement, leading to other movements in the region. The focus is on the reflection of "the land of work" and "the abode of life" and what its meaning for the peasants. Intended, through the study of peasant resistance of the landless in Primavera, to apprehend the role of mediating agents of the Comissão Pastoral da Terra (CPT) and the Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) in these struggles, as fundamental for the strengthening the practices of the persons involved. In this debate, Liberation Theology stands out as a reason for the actions of the CPT and the IAJES, with this Institute being an entity that contributed, from the late 1960s to the mid-1990s, as a place for construction the history of the struggles in countryside and*

* Doutora pela Unesp/Assis, Pós-Doutora pela UFF. Profa. Titular do curso de História, UFMS, Campus de Três Lagoas. Email: mariacelmaborges2017@gmail.com
** Graduanda do curso de História da UFMS. Email: andresa.fernanda1606@gmail.com

city, for making its space an environment for organizing practices and preserving the memory of the struggles, as it is an entity that encourages and brings together activities aimed at social movements. For this discussion, we used theoretical references, as well as some newspaper clippings that appear in the IAJES collection. We also work with oral sources, collected by the authors, in different temporalities, but still with reports available in the text by Maria Esther Fernandes (2010), as she recalls, after more than two decades, the steps and agents of her doctorage degree research on the Fazenda Primavera in 1985.
***Key-words**: land of work, Andradina, IAJES, CPT.*

A luta pela "terra de trabalho" e a "morada da vida": algumas considerações sobre os valores do campesinato sem-terra

Para a discussão da questão agrária em Andradina[1], São Paulo, a partir do estudo das experiências do assentamento Fazenda Primavera[2], tal como da importância do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entendidos como agentes mediadores para o apoio à organização desse lugar de lutas, cabe apreender os saberes do campesinato sem-terra, cuja identidade se fundamenta, desde fins dos anos de 1970 - e especialmente a partir de 1984, com a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - na condição de ser "sem-terra" enquanto categoria a unificar as ações. Esta categoria de "sem-terra" possibilitou, por todo o Brasil, a junção de personagens diversos, como os boias-frias, atingidos por barragens, arrendatários, posseiros, parceleiros, lavradores, trabalhadores moradores das periferias das pequenas e grandes cidades, entre outros, na luta por um objetivo comum: a "terra de trabalho" (CNBB, 1980) como "morada da vida" (HEREDIA, 1979).

Nesse aspecto, chama a atenção os valores do campesinato brasileiro envoltos numa simbiose entre a cultura camponesa, compreendida aqui como "modo de vida" (SHANIN, 2008), e as lutas sociais e políticas, a exemplo das fundamentadas na tradição da defesa da terra como espaço de conquista de direitos historicamente usurpados. Faz-se necessário repensar então a leitura do camponês como a figura do atraso e a negação do moderno, a qual contribuiu, desde longa data, para a construção da imagem dos pobres da terra como incapazes de alterar a ordem vigente, "itinerantes", "desajustados", "desqualificados" para o enfrentamento aos poderes, numa evidente tentativa de anulação de seus saberes, à medida que representados na imagem do "jeca tatu", como fez Monteiro Lobato nas décadas iniciais do século XX, conforme pontua Naxara (1998).

No entanto, se essa imagem foi edificada pela literatura, entre outras áreas, desde o século passado, ela não permaneceu somente naquele século, nem mesmo exclusivamente na escrita da academia ou de literatos, tanto que uma das premissas dessa interpretação

[1] Observamos que este texto decorre da experiência de ambas as autoras na discussão da questão agrária em São Paulo, desde a resistência dos sem-terra no Pontal do Paranapanema (BORGES, 2010; 2017) nos séculos XX e XXI, aos campos de Andradina-SP e de Três Lagoas-MS (BORGES; CARMO, 2009), somando-se às discussões do projeto de iniciação científica (SILVA, 2020-2021), no estudo das lutas camponesas, especialmente nas últimas décadas do século XX e com o olhar para o papel dos agentes mediadores em meio a esse processo.

[2] Sobre a Fazenda Primavera, nos informa Ester Fernandes (2010) que: "Fazenda localizada entre os Municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, na região noroeste do Estado de São Paulo, desapropriada pelo INCRA em 8 de julho de 1980 [...] Ocupando uma área de 9.593,30 hectares, nela foram assentadas 330 famílias, sendo a maioria constituída por antigos lavradores que aí chegaram, no início da década de 30, para desbravar a terra e nela se fixar." (FERNANDES, 2010, p. 215).

pode ser encontrada, contraditoriamente, em alguns cursos de formação do Movimento Sem Terra no século XXI, como na utilização do trabalho de Clodomir de Moraes (1986), "Elementos sobre a teoria da organização no campo"[3] para a discussão dos valores do campesinato. Este autor, ao entender que o desnudamento do conflito entre o capital e o trabalho faria nascer a consciência política e, consequentemente, a "consciência de classe", compreendeu os operários, trabalhadores das fábricas e indústrias, como os mais capacitados para esse exercício, visto que o seu cotidiano propicia situações diretas de conflito entre capital e trabalho.

A leitura de Moraes assemelha-se à de Ianni (1968) que discute o período pós-1945 e assinala que, no meio urbano brasileiro, aumentava o contingente de trabalhadores "sem qualquer tradição política", por terem o horizonte cultural marcado por valores e padrões do mundo rural. No mundo rural, conforme esse autor:

> [...] predominam formas patrimoniais ou comunitárias de organização de poder, da liderança e da submissão, etc. Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiante, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc) está delimitado pela religião, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. Esse horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório. (IANNI, 1968, p.57)

Pela interpretação de Clodomir de Moraes e de Otávio Ianni seria em meio ao mundo da produção industrial e da cidade, com as suas luzes a iluminar e conduzir as ações do camponês no contato com o operariado, que adviria a consciência transformadora e a inversão dos valores tradicionais. Daí o campesinato não estar preparado para a "consciência de classe" e as transformações dela decorrentes, por não vivenciar as condições objetivas do enfrentamento entre capital e trabalho.

Na contramão de ambas as análises, a luta pela "terra de trabalho" e os desejos de "transformação social" - a exemplo do que viveram os arrendatários e posseiros da Fazenda Primavera quando do enfrentamento ao latifúndio de J. J. Abdalla - se construíram historicamente em meio ao campesinato sem-terra, em saberes legitimadores de valores que alicerçaram práticas para a conquista da terra e para nela permanecer, como os acampamentos e assentamentos nos anos 1980 e 1990 na região de Andradina-SP, impulsionando inclusive as lutas nas periferias da cidade, mediadas pelo IAJES, ainda que diante das inúmeras dificuldades vividas pela repressão e violências estatal e privada. Assim, faz-se necessário repensar a afirmativa de inexistência dos saberes camponeses devido ao processo de expropriação a que esses homens e mulheres foram sujeitados no decurso da história.

As ações na Fazenda Primavera trouxeram grande contribuição para o surgimento da CPT no estado de São Paulo, fortalecendo o papel dos agentes mediadores na luta pela terra e por outras causas sociais, do campo e cidade, na região de Andradina-SP. Assim, ao longo do texto, abordaremos trechos de entrevistas, feitas em diferentes momentos, com o ex-padre e ex-agente pastoral, Renê Parren[4], hoje membro do MST e um dos agentes mediadores desse processo de lutas, pois esteve presente na mobilização dos arrenda-

[3] Uma das autoras, na realização de seu trabalho de campo no Doutorado, entre os anos de 2001 e 2003, pôde acompanhar alguns cursos de formação do MST no assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema –SP, em que este material foi utilizado.

[4] As entrevistas com o ex-padre Renê Parren foram realizadas em dois momentos. A primeira entrevista foi realizada por Maria Celma Borges no contexto do seu doutoramento no ano de 2003, e a segunda entrevista foi realizada no dia 12 de julho de 2021 na sede do escritório do MST em Andradina/SP, por Andresa Fernanda da Silva, coautora deste texto.

tários e posseiros da Fazenda Primavera, desde 1977. Também trabalharemos outros relatos que se referem às lutas da Primavera ou mesmo à CPT[5] e assentamentos na região.

Renê e a equipe de agentes pastorais foram responsáveis por mediar parte das ações na Fazenda Primavera, trazendo à tona a inspiração na Teologia da Libertação e na pedagogia Freiriana, as quais contribuíram para que os camponeses construíssem uma "consciência crítica" e passassem a se reconhecer como "sujeitos da transformação"[6]. As atividades deste agente pastoral junto aos arrendatários e posseiros da Primavera se deram em um contexto conturbado, pois em fins dos anos 1970, o país vivia as mazelas da ditadura civil-militar e a questão da Reforma Agrária estava fora das pautas, porém a luta das famílias arrendatárias antecedia ao contexto militar, começando já nas décadas de 1930 e 1940, a partir da chegada de nordestinos e mineiros à região em busca de um lugar onde pudessem plantar e ver chegar o tempo da colheita. Segundo Renê:

> A Primavera está no começo dessas lutas, do final da ditadura militar, momento em que a terra estava fora das pautas, esse problema da terra já era recorrente aqui na região, muitas famílias vindas do Nordeste fugindo da seca, da fome e das dificuldades vieram para cá, isso lá em 1940, essas famílias já produziam na Primavera para sua subsistência, tinham suas roças, cultivavam, tinham gado e algodão etc...[7]

Os arrendatários, que se tornariam mais tarde também posseiros da Fazenda Primavera, em sua maior parte, chegaram à Andradina justamente devido ao processo de expropriação a que foram submetidos em sua terra natal, por isso permaneceram por aquelas terras plantando para o autoconsumo e, ao mesmo tempo, formando áreas de pastagens, por meio dos contratos de arrendamento, estabelecidos com J. J. Abdalla que se dizia o proprietário da área. Mais tarde, com o término desses contratos ou mesmo seu rompimento por parte do fazendeiro, os trabalhadores se recusaram a sair, tornando-se posseiros junto a outras famílias posseiras que passaram a ocupar as terras da Primavera com o objetivo de adquirir a sua posse, conforme assinala Fernandes (1999).

Na análise das fontes encontradas no IAJES é perceptível o fato de que a luta se fundamentou, desde o início das ações no noroeste paulista, no desejo da conquista de um lugar em que a família pudesse ser gerida, em que estava em jogo a continuidade da vida pela tradição do campesinato. As considerações de Woortmann (1990) são sugestivas para a compreensão do novo e do velho amalgamados no modo de vida das populações rurais pobres:

> [...] o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro. (WOORTMANN, 1990, p. 17).

Nesse sentido, os valores da cultura camponesa não implicam o atraso e o conservadorismo. Pelo contrário, revelam práticas transformadoras a inverter a tradição centrada

---

[5] O trabalho com a história oral é importante para apreendermos o processo de luta da Primavera, por meio da narrativa dos agentes mediadores e de alguns camponeses, pois, como pontua Portelli (2017, p.186), a arte de escutar é fundamental ao historiador, ao instituir a possibilidade de abertura para a valorização das falas do entrevistado e implicar "a disponibilidade do narrador de falar" permitindo "ao historiador fazer seu trabalho".

[6] Sr. Renê. Entrevista realizada por Andresa Fernanda da Silva, na sede do escritório do MST, em Andradina-SP, em 12 de Julho de 2021.

[7] Idem.

na manutenção da ordem, principalmente aquela que se fundamenta na violência. A posse e ocupação de terras e a teimosia em nelas permanecer são evidências explícitas do desejo de inversão do direito fundamentado na desigualdade. Nessa redefinição de valores e de práticas, à luz de Thompson (1981), a concepção de direito moral se confronta com o direito fundamentado na injustiça. O direito fundamentado no costume, no caso dos camponeses, na prática do plantio, cultivo e colheita da terra, visa inverter a ordem legitimadora dos interesses privados, os quais decorrem, como sugerem as fontes, de processos de grilagens de terra, como na Fazenda Primavera[8], semelhante ao que ocorreu por todo o oeste e noroeste de São Paulo. A percepção do direito costumeiro ao plantio e ao alimento, pelos camponeses, como se depreende de análises de dois assentamentos no Pontal do Paranapanema (BORGES, 2010), bem como dos campos de Andradina, na constituição do ser sem-terra, torna-se muito maior que a prerrogativa do direito legal, ou seja, de defesa à propriedade privada, daí a legitimação para as ações de luta.

Abordando a violência sofrida pelos posseiros da Primavera, o artigo de Borges e Carmo (2009), ao trabalhar com as fontes do IAJES, traz o estudo de boletins informativos da diocese de Lins-SP[9], datados de 1980, que pontuam relatos de violências sofridas pelos camponeses da Fazenda Primavera. Um dos camponeses era seu Amâncio, que, junto à sua esposa e filhos, teve a casa queimada pelo administrador da Fazenda Primavera, conhecido como "Volta Seca". Além da queima das casas, o administrador, junto aos demais capangas, instalou guaritas nos pontos de entrada com o objetivo de dificultar a presença dos agentes mediadores e também a saída dos camponeses (BORGES; CARMO, 2009). A dificuldade de saída da fazenda quase custou a vida da esposa de seu Amâncio, que, com problemas de saúde, conseguiu sair da área somente algumas horas depois do bloqueio.

Em outro Boletim[10], trabalhado por Borges e Carmo (2009), observa-se que nem mesmo o atendimento médico escapava das mãos do latifúndio em Andradina, pois, de acordo com o documento, "aqui não há medicina, mas medicuária[11]", já que quase todos os médicos no município eram fazendeiros. Nos dados levantados pelo mesmo Boletim há a informação de que, em 1979, foi realizada uma pesquisa pelo IAJES sobre a condição

[8] Como observado em nota 4, a Fazenda Primavera, com 9.593,30 hectares, de suposta propriedade de J. J. Abdalla, foi desapropriada para fins de Reforma Agrária, em 1980, no governo de João Baptista Figueiredo, sendo contempladas mais de trezentas famílias. A área da Fazenda, no Noroeste do estado de São Paulo, abrangia terras de três municípios: Andradina, Castilho e Nova Independência. Desde os anos de 1930 e 1940 o imóvel vinha sendo ocupado por arrendatários, por meio de contratos de arrendamento junto ao grileiro, para o plantio de alimentos e a formação de áreas de pastagens, mas ainda por posseiros. Com o fim dos contratos de arrendamento e a recusa das famílias de saírem das terras da Fazenda, os arrendatários tornaram-se também posseiros, somando-se ainda àqueles que se encontravam na condição de boias-frias pelas periferias de Andradina e de cidades próximas e que adentraram a luta. Pela extensão da área, e principalmente por apontar indícios de que se tratava de um grande grilo, a Fazenda Primavera tornou-se objeto de disputas entre o dito "proprietário" e os camponeses sem-terra. J. J. Abdalla utilizou-se dos instrumentais conhecidos contra os camponeses, ou seja, desde as ações jurídicas, com ordens de despejos, à prática da jagunçagem, entre outras ações de violência. O projeto de Reforma Agrária Fazenda Primavera foi implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e, atualmente, conforme Santos (2014), "é o único assentamento emancipado do estado de São Paulo. As famílias receberam o título definitivo de propriedade da terra, desvinculando-se da tutela do Estado, representado pelo INCRA" (SANTOS, 2014, p. 113).

[9] BOLETIM, informativo da Diocese de Lins. Informando. 02/1980, ano VI, 10 páginas. Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro - NDH, Fundo IAJES "Jean Carlo Oliveri".

[10] IAJES. Comunidades Populares de Andradina. Julho de 1980, p.02. NDH, Fundo IAJES "Jean Carlo Oliveri".

[11] Idem.

de saúde dos posseiros da Primavera, constatando que, em sua grande maioria, eram acometidos por desnutrição, verminose, anemia e constante fraqueza.

Nesse cenário, ter a terra plantada em meio aos latifúndios, como se depreende das fontes, requeria a ousadia, a teimosia e o desejo de inverter o direito legal fundamentado na desigualdade. E foi isso o que homens e mulheres fizeram e semearam em Andradina e arredores em ações materializadas na luta dos arrendatários, posseiros e, mais tarde, sem-terra da Fazenda Primavera, desde as décadas de 1930 e 1940 no confronto com o fazendeiro J. J. Abdalla. O assentamento Fazenda Primavera deu-se no início de 1980, totalizando cerca de 300 famílias segundo Carvalho (2008), ou 330 como indica Fernandes (2010), mas a questão dos sem-terra não fora resolvida, já que, a partir dessa experiência, muitas outras brotaram na região e no estado de São Paulo, como um todo, entre outros lugares de nosso território, desvelando o lugar que os camponeses desejavam ocupar também na escrita da história.

Do passado ao tempo presente, os sem-terra de Andradina e região, assim como do restante do país, foram tecendo histórias e costurando memórias de luta, a desnudar concepções de justiça e a compreensão de suas práticas por outras vias que não somente a das "conquistas econômicas" como explicativo único da história, ou seja, da determinação econômica a ditar-lhes às margens e inviabilizar a potencialidade dos sonhos e da utopia. Terra, trabalho e liberdade tornaram-se então uma tríade a explicitar o sonho de realização plena do campesinato, ou seja, quando do acesso a terra a possibilidade de controlar o próprio tempo de trabalho sem a figura do patrão, assim como poder plantar e colher. O saber da "terra de trabalho" encontrou fundamento no que os homens e mulheres que lutaram pela terra entendiam como direito costumeiro - conceito engendrado por Thompson (1981, 1998): o solo para a produção de alimentos e a conquista da liberdade. Parece-nos então que a luta pela terra, por esse ângulo, é o que alimentara a permanência na condição de posseiros pela Fazenda Primavera, e, mais tarde, de assentados, unificando as ações junto a outros movimentos e fazendo nascer o MST no estado de São Paulo, na soma ainda com as práticas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, especialmente a partir de 1986, quando tomou posse uma nova diretoria[12]. Observa-se ainda o apoio emocional e estrutural de agentes da CPT e do próprio IAJES junto aos camponeses, como discutiremos no próximo item. Estas ações ocorreram, mormente, por entenderem que a continuidade na terra dar-se-ia a partir daquilo que conseguissem edificar em meio aos movimentos de luta pela conquista da terra e para nela permanecer.

O IAJES e a CPT: memória e história de apoio aos movimentos sociais nos campos de Andradina-SP

Para uma discussão dos movimentos sociais no campo em Andradina-SP, partindo das ações na Fazenda Primavera, faz-se necessária uma breve análise da história da Co-

[12] Sobre a nova diretoria do STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), oriunda das lutas camponesas, chama atenção a matéria do Jornal Regional intitulada "Amanhã, posse da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais", de 25/10/86, coletada no acervo do IAJES. NDH, Fundo IAJES "Jean Carlo Oliveri". Conforme esta reportagem: "eleita com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento Estadual dos Trabalhadores 'Sem Terra'", teve como presidente José Marcelino Cafeo. O artigo ainda narra que, junto ao presidente eleito, estava Renê Parren, coordenador estadual da CPT, para quem, segundo o texto, essa eleição de uma nova diretoria significa que: "realmente composta por trabalhadores, representa a concretização da participação que realmente a entidade deve ter na luta pela Reforma Agrária e contra as injustiças sofridas pelo homem do campo".

missão Pastoral da Terra, assim como do IAJES[13], entendido neste texto como um Instituto e representação social e política dos movimentos sociais na região do Alto Paraná, bastante atuante já em meados de 1970, especialmente a partir de 1976, quando estende as atividades para todo o município, e momento em que Jean Carlos Oliveri[14] chega à paróquia. A emergência da questão agrária no Instituto, particularmente pelas lutas dos posseiros da Fazenda Primavera, é uma evidência histórica de como o IAJES atuou e contribuiu com os pobres da terra, dos campos e cidades, numa região historicamente demarcada pelo latifúndio na conhecida "terra do rei do gado".

Oliveira (2016), ao discutir as atividades desenvolvidas pelo IAJES, visando explicitar a sua importância para a organização dos movimentos populares na região de Andradina, chama a atenção para o modo como esta entidade foi desenvolvendo as suas ações intimamente ligadas à problemática da "[...] conscientização sociopolítica na periferia da cidade junto com esses movimentos populares, bastante atuantes e interligados entre si, através do que chamou de educação popular libertadora" (OLIVEIRA, 2016, p. 19). As suas práticas, como se depreende da documentação encontrada, e como salienta esta autora, estavam voltadas também para o campo, pois é possível encontrar uma série de documentos em seu acervo que tratam da questão agrária na região e mostram o envolvimento deste Instituto e de seus membros na luta dos sem-terra.

Sobre a participação do IAJES no apoio ao movimento da Primavera, Renê salientou que dentro do Instituto houve uma divisão entre as pastorais em que, de um lado, havia a Pastoral Social que fazia uma atuação mais urbana voltada às periferias e, de outro, a Pastoral da Terra, na qual Renê era um dos agentes. Perguntado sobre a atuação de ambas as frentes pastorais, o entrevistado observa:

> Nós fizemos uma diferenciação nos campos de atuação da Pastoral, na Primavera quem atuou foi mais a equipe voltada a luta pela terra, já na cidade foi mais a luta nos bairros, com o eixo central voltado para a questão da saúde, dos ambulatórios dos agentes comunitários de saúde. É claro que nós éramos uma equipe só, o IAJES também apoiava a luta na Primavera, a diocese toda apoiava, então nós tínhamos todas as mobilizações e manifestações em prol da luta da Primavera. De forma geral assim, o IAJES se empenhava na luta da cidade, mas nos ajudou muito dando apoio na luta da Primavera.[15]

Contemplando ainda a fala de Renê sobre o apoio do IAJES às ações dos camponeses em luta pela permanência e a conquista da terra na Fazenda Primavera, retomamos a obra de Oliveira (2016) que, ao apontar para o quanto parte da igreja católica, envolvida na CPT e no Instituto, teve um papel significativo nas ações dos posseiros, porque criou situações em que era possível reunir os camponeses e oferecer a eles apoio e orientação,

[13] Este acervo denominado "IAJES – Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor" foi cedido, no ano de 2006, para o Núcleo de Documentação Histórica "Honório de Souza Carneiro", na UFMS, Campus de Três Lagoas. A organização do acervo para a transferência da documentação se deu sob a forma de mutirão, quando os Professores Vitor Wagner Neto de Oliveira, da UFMS/CPTL, e a Professora Mariana Esteves de Oliveira, na época professora substituta do Curso, juntamente com cerca de 20 alunos voluntários, por diversas vezes, se deslocaram de Três Lagoas-MS até o barracão onde se encontrava a documentação, em estado de abandono, em Andradina-SP, e contribuíram para que este acervo fosse sistematizado e encaminhado ao NDH/CPTL/UFMS, levando o nome de fundo "Jean Carlo Oliveri". Uma das autoras do texto pôde participar deste trabalho.

[14] Como explicitado em nota anterior, o próprio fundo do IAJES recebe o nome deste ex-padre e quem se torna referência de lutas nos campos e cidades, por toda a região, inclusive em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, fronteira com o estado de São Paulo.

[15] Sr. Renê. Entrevista realizada por Andresa Fernanda da Silva, na sede do escritório do MST, em Andradina-SP, em 12 de Julho de 2021.

"inclusive espiritual".

No que diz respeito à questão agrária, a atuação do IAJES se dava de inúmeras formas, como a assistência jurídica junto à CPT no acompanhamento das ações dos posseiros da Fazenda Primavera, entre outras atividades que se faziam necessárias, dentre elas, a participação de seus membros em manifestações organizadas pelos camponeses sem-terra, em marchas e passeatas em apoio ao Sindicato combativo de Trabalhadores Rurais de Andradina em meados dos anos 1980, ou mesmo na confecção de cartilhas, cadernos de formação, entre outros materiais encontrados no Instituto, que possibilitaram a construção de instrumentos para a análise da realidade vivida. Desse modo, a atuação do Instituto, junto à Pastoral da Terra, tornou-se primordial para o fortalecimento da luta pela terra, latente nessa região, especialmente na figura dos arrendatários e posseiros.

Conforme destacado por Borges e Carmo (2009), foi no universo de conflitos sociais entre os interesses dos latifundiários de um lado e a luta dos posseiros de outro que a questão agrária e, nela, a diversidade de agentes sociais envolvidos se faziam evidenciar. Destacam-se naquele universo, junto à luta dos posseiros, também as ações dos boias-frias na região, moradores da periferia de Andradina, os quais vieram somar-se às práticas desses homens e mulheres, e camponeses da Primavera que vivenciavam na pele as condições de despejo de sua "terra de trabalho"[16] e de "morada da vida". No decurso da década de 1980, trabalhadores como os atingidos por barragens, a exemplo dos impactos da construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias, no Rio Paraná, envolvendo os municípios de Castilho-SP e Três Lagoas-MS, trabalhadores das periferias da cidade de Andradina e Castilho-SP, entre outros, encontraram, no IAJES e no seio de parte da igreja católica, especialmente na CPT e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o apoio necessário para as ações de luta. A Teologia da Libertação, ao fazer a opção pelos pobres, inspirava ambas as ações pastorais e, nessa junção de forças, fez-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que, desde os anos 1990, viria adquirir a autonomia frente a esses agentes mediadores. A participação da ala progressista da Igreja Católica, com as CEBs e a CPT, apresentou-se como central para a base e o fortalecimento das ações naquele contexto de enfrentamento pelos campos de Andradina e região. Isso foi possível depreender no relato do ex-padre Renê:

> [...] aqui na região a luta pela terra existe antes até mesmo da CPT na região. A Comissão Pastoral da Terra nasceu aqui em 79. Nós já estávamos trabalhando na luta de acampamento na Primavera. E a luta na Primavera a gente começou em 77. Antes os trabalhadores da Primavera já tava lutando aí se defendendo contra as arbitrariedades do Abdala. E aí naquele tempo a Igreja foi confrontar essa realidade, esse sofrimento, essas pressões em cima dos trabalhadores dessa ala ali, da Gleba da Fazenda Primavera. Então a Igreja viu, o sindicato também, a pastoral daquele tempo. Em que nas comunidades rurais tinha um companheiro meu, que não tá mais hoje em Andradina, ele tá trabalhando hoje em Goiás. Ele atendia lá as comunidades rurais, da Fazenda Primavera, e ele viu toda aquela angústia do pessoal, das famílias que vieram do Norte do país, desde dos anos de 39, 40 que vieram as primeiras famílias. Eles que foram plantando ali, até que veio o J.J Abdala e grilou aquilo ali, a área da Fazenda Primavera, uma área grande, e que foi exercendo uma pressão sobre os trabalhadores,

[16] Sobre o conceito de "terra de trabalho", é necessário entender a reflexão estabelecida no documento "Igreja e Problemas da Terra", produzido pela CNBB (1980). Nesse documento, José de Souza Martins, ao assessorar a CNBB, fazia uma distinção fundamental entre o que era a "terra de trabalho" e a "terra de negócio", salientando, já naquele momento, que ao homem do campo importava fundamentalmente a terra enquanto espaço mantenedor da vida pela possibilidade de nela trabalhar, criar os filhos, sustentar a família. É necessário buscar ainda as contribuições de Garcia Jr (1975) ao analisar o significado da "terra de trabalho" para o campesinato brasileiro.

> obrigou ele a pagar a renda. Ele se dizia proprietário da área, e outras pressões aí. Várias vezes ele efetuou aí mandatos de despejos também. Muitas famílias saíram dali. Eles viveram ali muitas vezes com medo do gado invadir a roça deles. E a igreja acompanhou a todas essas humilhações e pressões e tomou a posição de ficar do lado dos trabalhadores.[17]

Interessante observar que esta entrevista foi realizada em 2003, dezenove anos atrás, e nela foi possível entender a importância dos agentes pastorais como mediadores da luta camponesa, todavia, sem perder de vista a percepção de que, desde a constituição da CPT, na região, a luta dos posseiros da Primavera contra as arbitrariedades de J. J. Abdala já ocorria desde longa data. Renê retomou o histórico das ações desses agentes sociais, buscando enfatizá-las em meio a um universo de conflitos, marcado pela violência do latifúndio, mas também pelas formas de resistência que iam se constituindo ao longo do tempo.

Na análise das práticas da CPT é importante destacar o trabalho desta Pastoral no estado de São Paulo e como foi inspirado na Teologia da Libertação, pois, nas palavras de Renê, em 2021, semelhante ao seu relato de 2003, a Teologia da Libertação "mudou a ótica de ação da igreja". Especialmente na referência ao trabalho com os posseiros da Primavera e sua relação com os ensinamentos da igreja católica, o ex-agente pastoral destacou:

> O trabalho na Primavera também recebeu muita inspiração da Teologia da Libertação, das CEBs, a diocese toda da região apoiava, tinha toda essa articulação, o Bispo da época era muito progressista também, Don Pedro Paulo, muito progressista, então nós conseguimos fazer um bom trabalho a partir disso. [18]

Em 2003, Renê descreveu as ações realizadas pela equipe de apoio da Pastoral junto aos posseiros da Primavera e o quanto favoreceram a conquista e permanência na terra. Conforme este narrador:

> Também procuramos uma assistência jurídica mais firme, e procuramos também a Comissão de Justiça e Paz, de São Paulo, e eles tinham vários advogados também e então nós chamamos o Luiz Eduardo Greenhald, que hoje (em 2003) é Deputado Federal por São Paulo, ele trabalha hoje no governo, na Comissão de Constituição, coisa assim, ele é a parte jurídica toda. Ele veio nos ajudar nesta parte.
> Nós fazíamos o trabalho de conscientização, organização, falamos assim dos direitos, ajudamos as famílias a se unir, e visitando as famílias. E, muitas vezes de noite, porque muitos ficaram com medo das represálias da fazenda. E eles moravam em glebas, em comunidades agrupadas, tinham uma meia dúzia de comunidades. E nessas comunidades nós fomos organizando as famílias, visitando, fazendo reuniões com eles, e eles foram descobrindo que a fazenda não tinha documentação certa. Na hora de entregar a produção à fazenda não pagava, como também não pagava renda, imposto, e o pessoal descobriu que era uma coisa falsificada e isso animou as pessoas, foi criando resistências, teve muitas reuniões, assembleias e começou a luta. E na medida em que os trabalhadores foram se organizando, a fazenda foi reagindo ainda mais, foram trancadas porteiras de fazendas, foram jogados gados nas roças, ameaças, despejos, colocou jagunços também, pistoleiros, foi um clima bastante tenso. Nós fizemos muitas articulações com a sociedade, e a igreja foi fundamental nessa luta, o apoio da igreja, da Diocese. Chamamos o bispo no qual tivemos vários encontros, a sociedade, a im-

[17] Sr. Renê, Entrevista realizada por Maria Celma Borges, na Secretaria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Andradina-SP, em 12 de agosto de 2003.

[18] Sr. Renê. Entrevista realizada por Andresa Fernanda da Silva, na sede do escritório do MST, em Andradina-SP, em 12 de Julho de 2021.

> prensa, a televisão, isso foi muito importante para nossa divulgação. E nós conseguimos finalmente a desapropriação, a favor dos posseiros. E foi em 08 de julho de 1980[19].

As considerações de Renê são fundamentais para entendermos o papel de parte da igreja católica como alicerce tanto para as lutas camponesas, especialmente no campo jurídico no que tange ao conhecimento das irregularidades do fazendeiro em relação à propriedade legal da Fazenda Primavera, quanto para o fortalecimento do sentido de comunidade e de necessidade de organização para enfrentar a violência do latifúndio, como a soltura do gado nas roças dos posseiros, a ameaça de jagunços armados junto às famílias e os constantes despejos vividos pelos posseiros, desde a gleba ao tempo posterior, no assentamento, devido ao papel das agências bancárias, hipotecando as terras de vários assentados, em conluio com o Sindicato Rural e a União Democrática Ruralista (UDR).

É interessante fazer um paralelo de atuação da CPT no estado de São Paulo frente ao estado vizinho, no caso, Mato Grosso do Sul, em que a construção da Pastoral da Terra em Três Lagoas-MS, cidade próxima a Andradina-SP, revela o quanto a atuação de bispos envolvidos com a Teologia da Libertação e de agentes pastorais progressistas, nos anos 1980, permitiu o trabalho de apoio, assistência e assessoria de membros da Igreja Católica aos camponeses sem-terra. Em entrevista com o agente pastoral da CPT/MS, Mieceslau Kudlavicz, foi possível compreender parte do campo de atuação e de surgimento da CPT, além de apreender os conflitos no interior da igreja expostos nas ações de dirigentes e agentes mais conservadores. Conforme o entrevistado:

> Tinha um grupo ai de uns 30 bispos talvez, que eram os mais progressistas e estavam à frente na Comissão Pastoral da Terra e sempre houve uma tensão interna muito grande entre a Comissão Pastoral da Terra e a hierarquia da igreja ou então a cúpula da igreja mais oficial.[20]

Observa-se também, segundo o entrevistado, que a ala "mais oficial" queria que a CPT fosse "[...] simplesmente Comissão da Terra", pois "não tinha nada de pastoral, não fazia a ação da igreja... E nós defendíamos os camponeses e a luta pela terra que era uma luta pastoral em favor dos homens e mulheres do campo, o que para os mais tradicionais não era considerado como uma ação pastoral".

Questionado quanto às ações da Pastoral em Três Lagoas-MS, Mieceslau relembrou um dos grandes movimentos de luta pela terra que marcou a história do município, o acampamento América Rodrigues da Silva, organizado em 1986, numa luta que engendrou muitas outras mais adiante, em um momento no qual era proibido formar acampamentos à beira das rodovias:

> A gente considera que foi uma das maiores resistências, porque foi um marco aqui no Mato Grosso do Sul, não só no caso aqui do acampamento América Rodrigues, mas com relação a praticamente todos os três acampamentos que tinham aqui no estado. O governo atuou com uma violência tremendíssima, o pessoal estava normalmente acampado em beira de rodovia e na época o governo não permitia mais acampamento em beira de rodovia, então eles aplicavam o despejo em todos eles de forma violenta. Aqui em Três Lagoas mesmo o acampamento foi na beira da rodovia e foi despejado com a presença de mais de duzentos policiais...[21]

---

[19] Sr. Renê, Entrevista realizada por Maria Celma Borges, na Secretaria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Andradina-SP, no dia 12 de agosto de 2003.

[20] Sr. Mieceslau Kudlavicz. Entrevista realizada por Andresa Fernanda da Silva, via google meet, no dia 08 de fevereiro de 2021.

[21] Idem.

As falas de Renê Parren e Mieceslau Kudlavicz – à época, ambos membros da Pastoral da Terra, sendo que, no presente, Mieceslau permanece como agente pastoral –, se assemelham muito ao tratar da violência sofrida pelos sem-terra, impetrada tanto por parte do poder público quanto privado. Conforme os narradores, o despejo promovido pelo Estado a mando dos grandes latifundiários era bastante violento e encontrava espaço para se efetivar em tempo curto.

O relatório de atividades do grupo de trabalho sobre a repressão no campo no estado de São Paulo (1946-1988) traz dados e falas alarmantes dos casos de violência face aos camponeses. Uma das falas a compor este Relatório é justamente a de Renê Parren, que era Padre na diocese de Lins-SP, e participou da audiência pública da Comissão da Verdade "Rubens Paiva". Na narrativa do conflito com o grileiro, J. J. Abdala, Renê destacou:

> O conflito na fazenda se tornou insuportável. Houve perseguição em cima das roças do pessoal, queimada de casas; eles colocaram, no final, guaritas na saída da fazenda para controlar o trânsito das pessoas, para controlar a questão da renda da produção também.[22]

A violência contra os agentes pastorais e posseiros era uma prática costumeira das autoridades públicas e privadas de Andradina. Renê nos relatou um episódio em que foi perseguido pelos jagunços da Fazenda Primavera, que planejaram uma emboscada para os agentes pastorais que celebravam missa junto aos posseiros: "Eu me lembro de um episódio que fomos para uma celebração em uma missa lá a noite e os jagunços estavam ali sondando para uma emboscada, isso foi mais ou menos em 79, um ano antes da desapropriação".[23]

A tensão e conflito na luta pela terra são marcas enraizadas na peleja dos camponeses. Apesar das investidas armadas dos latifundiários, esses homens e mulheres resistiram - e continuam a resistir ainda no tempo presente -, seja no campo ou na cidade, a beira das rodovias, nos acampamentos, ou na luta para viver e permanecer nos assentamentos. É esta organicidade que configura a importância dos movimentos sociais e fortalece a luta pela Reforma Agrária. Como destacou Renê Parren, são os camponeses os responsáveis por estabelecer um "contraponto ao agronegócio, cuidando da natureza, produzindo o alimento saudável e investindo na cultura política da sociedade"[24].

O IAJES e as fontes orais: a denúncia do latifúndio e os saberes do campesinato se desenhando no processo de lutas

As lutas dos sem-terra em Andradina-SP em suas diversas categorias, de posseiros a boias-frias, se encontraram e se fortaleceram no desejo de conquista daquilo que historicamente fora usurpado: a terra de trabalho. Junto ao desejo do roçado, dava-se então a denúncia do peso do latifúndio sobre a vida de milhares de homens e mulheres, impossibilitados de permanecerem na sua terra de origem, por terem vivido o êxodo forçado. Quando da chegada em Andradina e trabalho pelas fazendas ao findar os arrendamentos,

[22] COMISSÃO DA VERDADE "RUBENS PAIVA". Audiência Pública. Eldorado, 14 de junho de 2014. NDH, Fundo IAJES "Jean Carlo Oliveri".
[23] Entrevista realizada por Andresa Fernanda da Silva, na sede do escritório do MST, em Andradina-SP, em 12 de Julho de 2021.
[24] Idem.

principalmente a partir dos anos 1960, tornaram-se posseiros constituindo glebas no interior das fazendas. A concentração da terra e a expropriação dos pobres da terra, como salientado, foram realidades vividas nesta região. Uma das fontes encontradas no acervo do IAJES de 1980 já chamava a atenção para o fato de que a própria denominação do município de Andradina, "terra dos Moura Andrade", revelava a imposição e o poder do latifúndio na região. Dizia o documento: "O próprio chão da cidade é marcado pelo nome dos grandes donos da terra: Andradina, porque recortada de uma fazenda dos 'Moura Andrade'".[25]

Como narra a fonte relacionada, no ano de 1937, Andradina contava com aproximadamente 18.000 pessoas vivendo no campo, mas em 1970 este número não passava de 8.000 habitantes. Grande parte desses homens, mulheres e crianças, ao ser expulsa do campo passou a morar nas periferias da cidade vivendo a situação de desenraizamento e sob a condição de boia-fria. Daí o êxodo rural tornar-se também impulsionador das lutas dos sem-terra organizados pelas periferias das pequenas cidades e, mais tarde, de grandes centros urbanos.

Em outro texto, uma das autoras, ao tratar da questão agrária, em Andradina, observou que:

> Este município, desde seus primórdios, evidenciou a exploração do homem pelo homem. Primeiramente, ela foi marcada, quando da derrubada das matas, pela extração de madeira, suporte de grandes serrarias e pela construção da estrada de ferro da Noroeste do Brasil - NOB. Em seguida, pelo arrendamento de terras para a cultura algodoeira, no período de 1950 a 1960, e pela pecuária como referência na constituição dos latifúndios na região e na história de nosso país. Com a frente de expansão vieram principalmente os nordestinos para trabalhar já nas terras de outrem. Esses sujeitos derrubaram as matas, formaram o pasto e, em meio a esse trabalho, plantaram as suas roças de subsistência, mas com o avanço da pecuária foram expulsos das terras em que trabalhavam como arrendatários ou que se encontravam como posseiros, tendo que ir buscar seu porto em outros cantos. É a partir da busca por esse porto que se desejava seguro que as ações dos posseiros e ex-arrendatários vão tomando forma em meio ao processo de lutas da fazenda Primavera, contando, nesse contexto, com o apoio do IAJES e com a presença de representantes de setores progressistas da igreja católica da região, também participantes desta Organização. (BORGES; CARMO, 2009, p.146)

O histórico da concentração de terras nas mãos de alguns poucos em detrimento dos camponeses, assim como dos povos originários - em tempos mais remotos - explicita, nesses campos do interior de São Paulo, o mesmo marco da questão agrária brasileira em sua totalidade. Nos anos 1930 e 1940 dava-se o discurso da chamada ocupação do "espaço vazio", dos "terrenos desconhecidos" ou "sertões desconhecidos" pelos "desbravadores", como ocorreu no Pontal do Paranapanema conforme ressalta Borges (2010; 2017). O processo de colonização do noroeste paulista evidencia esse discurso de "ocupação dos espaços vazios", do governo Vargas, como tratou Lenharo (1986) ao analisar as ações incentivadas por aquele governo, por meio de projetos de colonização, quando da "marcha para o oeste". Esses "espaços vazios" inexistiam, já que indígenas e camponeses ocupavam essas terras, desde ao menos o início da colônia.

Povos originários e camponeses, como pobres e livres e libertos, pela colônia e o império, vivenciaram conflitos diretos em muitas situações, como os enfrentamentos en-

[25] IAJES, Comunidades Populares de Andradina, Andradina-SP, 05/07/1980 (7 páginas). NDH, Fundo IAJES "Jean Carlo Oliveri".

tre camponeses e indígenas, quando os primeiros adentravam terras indígenas para a formação de roçados ou mesmo pelas frentes de expansão, nos séculos XIX e XX, entre os que chegavam para o trabalho de derrubada das matas e as populações imemoriais já ocupantes dessas terras. A frente de expansão traz consigo esta conflituosidade, como expôs Santos (1982), ao falar do nascimento do MST no Rio Grande do Sul, em um momento em que indígenas e camponeses se confrontaram na reserva de Nonoai, resultando na expulsão dos camponeses sem-terra e na organização de uma das primeiras experiências do Movimento Sem Terra.

Não é na frente de expansão, todavia, mas principalmente na chamada frente pioneira, conforme Martins (1972), que o conflito se exacerba, quando interesses diretos do capital se voltam para a formação de grandes áreas de pastagens das fazendas de criação do gado, em terras devolutas, a exemplo do que ocorrera em Andradina, com o Abdalla e também Moura Andrade, entre outros. É aí que o campesinato se aproxima da história indígena, desnudando a violência sob ambos, ao evidenciar os lugares ocupados pelos pobres da terra, posseiros e indígenas nesse novo contexto. São as margens das margens que vão lhes restando, isto quando não são dizimados e apagados da memória do lugar, a exemplo das populações indígenas do Pontal do Paranapanema-SP, e não muito diferente do noroeste paulista, pela memória dos pioneiros a ser apresentada como a síntese da história, em que o latifúndio é a sua maior expressão costumeiramente ocupando terras públicas.

Nesse cenário de conflito, as palavras de ordem conclamadas no início das ações do Movimento Sem Terra no cenário nacional[26] evidenciam o desejo dos camponeses sem-terra de organizarem-se para a conquista de um lugar em que a "morada da vida" pudesse ser edificada. Um lugar em que o mato não chegasse aos quintais e em que o gado tivesse nome e não números. A palavra de ordem "terra para quem nela trabalha", de início dos anos 1980, é uma síntese desse desejo.

Maria Esther Fernandes (1985), ao estudar a luta dos posseiros da Fazenda Primavera, chamou a atenção para o papel dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no contexto de luta dos fins dos anos 1970 e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de São Paulo (FETAESP), contribuindo para a primeira experiência de organização dos sem-terra em solo paulista. De acordo com a autora:

> Em dezembro de 1979, é realizada em Andradina uma concentração de 1500 trabalhadores de 47 sindicatos rurais. Este encontro, promovido pela FETAESP, teve como objetivo principal levar solidariedade às 300 famílias de posseiros da 'Primavera', há vários anos ameaçadas de despejo em consequência de processos judiciais que apuram a propriedade da gleba. (FERNANDES, 1985, p.55)

A compreensão e vivência de ser sem-terra e a consciência dessa condição se deram no desejo do "fazer-se" (THOMPSON, 1981) em movimento, ou melhor, na experiência vivida por homens e mulheres em meio à opressão e à resistência. Nesse processo de se constituírem e se reconhecerem como sujeitos de direitos historicamente usurpados, que os movimentos em Andradina e região, similares aos que ocorriam pelos vários rincões de nosso país, foram se dando, pelas ações concretas, tendo como um dos pilares a educação popular, trabalhada pelo IAJES e a CPT, quando das práticas culturais, religiosas e políticas desenvolvidas junto aos posseiros da Primavera e outros movimentos, os

[26] Tais palavras, em seu nascedouro, fundamentavam-se no caráter religioso, inspirado pela Teologia da Libertação e as ações das pastorais, como a CPT, a exemplo do lema "Terra de Deus, terra de irmãos".

quais tendo como lume esta experiência foram despontando pela região. Tais ações, como encontros, passeatas, missas, terços, quermesses, contribuíram fundamentalmente para a organização das ações dos sem-terra e, ao mesmo tempo, para a negação da ordem estabelecida, especialmente aquela voltada a atender os interesses dos latifundiários que se apropriaram de áreas devolutas por meio de grilagens de terras em nome dos interesses privados, como bem expressou a documentação pesquisada.

Como parte dos estudos da Fazenda Primavera, destacamos o trabalho de Alexandre (2011) que traz um debate político importante das formas de resistência dos posseiros, fundamentando a sua abordagem no uso das fontes do IAJES. Uma das fontes[27] destacadas pelo autor diz respeito à narrativa da violência de J. J. Abdalla face aos posseiros, pois "além da solta do gado na roça dos trabalhadores, o fazendeiro havia convocado policiais de Andradina para intimidá-los, causando pânico para que posseiros deixassem suas posses e desistissem da luta" (ALEXANDRE, 2011, p. 163).

Maria Esther Fernandes (2010), ao retomar o seu objeto de pesquisa, passadas mais de duas décadas, e apreender relatos que lhe fizeram reviver o trabalho de campo na Fazenda Primavera, realizado no ano de 1985, contribui para que possamos apreender fragmentos de memórias dolorosas, mas necessárias na reconstituição desse processo de lutas e na compreensão do modo como o banco agia face às dívidas dos assentados:

> Interpretação alguma poderá traduzir a emoção contida no apelo do senhor Lourenço que se viu obrigado a vender o trator e "*até as ovelhas do terreiro*" para saldar as dívidas contraídas com o Banco do Brasil, em decorrência de dois péssimos anos agrícolas, um de muita seca, outro, de chuvas excessivas, o que ocasionou perdas na lavoura.
> 'Procura, dona Maria, procura pelo amor de Deus, quero que voceis estuda, manda uma pessoa de competência, manda, senhor Presidente da República, manda um secretário, um home de brilho que tem tanto home em Brasília que passa no televisão, manda vê o que tô fazendo aqui! De onde vem essa lei? Eu queria perguntá pra senhora e pro Presidente, onde acharam essa lei de juro e correção monetária em cima de um pobre de roça?' (FERNANDES, 2010, p.218).

Ao mesmo tempo em que parte dos assentados da Primavera que havia adquirido dívidas com o banco começou a viver na pele a pressão das agências bancárias para que saldasse os empréstimos e a dificuldade em cobri-los por muitas razões, entre elas a própria carência de recursos para adentrar e permanecer na terra, uma reportagem publicada em setembro de 1986, noticiada pelo Jornal Regional, explicitava que: "Acampados foram a Brasília falar com o ministro Dante de Oliveira". Na interpretação desta fonte é possível entender os movimentos de luta pela terra se "esparramando" pelos campos de Andradina e região:

> Cerca de 130 pessoas representando os vários acampamentos de trabalhadores rurais 'sem terra' do Estado de São Paulo viajaram para uma audiência com o ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Dante de Oliveira (...) Da região de Andradina saiu um ônibus com representantes do acampamento de Três Irmãos, Cardoso, Brejo Alegre, movimento 'sem terra' de Nova Independência e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais[28].

Fernandes (1985) salientou que, ao aumentar as pressões do fazendeiro J. J. Abdal-

[27] IAJES, Folheto "Primavera", 27/02/1985, sem título- mimeo. NDH, Fundo IAJES "Jean Carlo Oliveri".
[28] IAJES. JR, Acampados foram a Brasília falar com o ministro Dante de Oliveira, 18/09/1986. NDH, Fundo IAJES "Jean Carlo Oliveri".

la para que os camponeses da Fazenda Primavera abandonassem a área, estes "[...] progrediam em organização e união. O grupo que no início era constituído por 7 lavradores foi aumentando para 10, 20, 40, 60 e a partir de maio de 1979, a luta se torna uma só, a de todos os lavradores da Primavera". (FERNANDES, 1985, p.141)

Nesse "fazer-se" da luta, como se depreende da fonte relacionada e das considerações de Fernandes, os posseiros da Primavera, mais adiante da Timboré, do São Joaquim, dentre outros acampamentos e assentamentos que foram despontando na região, contribuíram para que novas ações surgissem e se encontrassem em meio a uma organização maior que tomava forma no contexto de abertura política e de emergência de novos movimentos sociais nos campos e cidades, conforme observa Sader (1988). Para a compreensão desses novos movimentos sociais não se trata então de apreender "níveis de consciência superior ou inferior", fruto de ações de indivíduos isolados ou mesmo de "seres pensantes" ou da "vanguarda" do MST –, mas compreender posições que ao comungarem de mesmos valores foram se tornando comuns, coletivas, delineadas no processo de lutas, na junção entre o novo e o velho, a tradição e a cultura política, a economia e a religiosidade.

No governo de José Sarney, iniciado em 1985, assinalava-se a derrota do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A "Reforma Agrária que virou suco", na expressão de Veiga (1990), referendava os limites das políticas públicas para atender às demandas dos camponeses sem-terra. Por outro lado, expressava também a influência da UDR na redefinição do conservadorismo e da violência a impregnar as políticas estaduais e do governo federal, e que se legitimaria na organização da bancada ruralista na Assembleia Constituinte. Frei Sérgio Görgen, discutindo esse Plano, salientou que o governo Sarney:

> [...] conseguiu fazer um Plano de Reforma pior que o Estatuto da Terra, defendendo das desapropriações latifúndios arrendados ou que estejam produzindo um mínimo, além de passar pelo crivo do Presidente todos os Planos Regionais de Reforma Agrária, tornando-as demoradas e cheias de burocracia as desapropriações (GÖRGEN, s/d, p. 10).

Restava aos movimentos de luta pela terra, e ao MST em particular, o papel de articular os camponeses sem-terra para a continuidade das lutas. A conquista da terra e da reforma agrária, conforme Frei Sérgio, tornaram-se horizontes a apontar aos sem-terra a necessidade de reforçar o objetivo comum: a conquista da "terra de trabalho" e "morada da vida" e, ao mesmo tempo, o fortalecimento dos trabalhadores sem-terra na organização dos "núcleos em cada comunidade" (GÖRGEN, s/d, p. 2). Se o PNRA apontava para uma derrota dos trabalhadores sem-terra no âmbito das conquistas legais pelo modo como foi encaminhado e pelos interesses envoltos, a segunda metade dos anos 1980 desvelou, por outro lado, a organização do MST nacionalmente, partindo de seu I Congresso Nacional, em 1985, a definição de que deveriam ocorrer inúmeras ocupações de terra por todo o país:

> Com grandes acampamentos em áreas ocupadas, especialmente no Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, mas contando com mais de 20 acampamentos em todo o país, com mais de 10 mil famílias sem terras acampadas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra demonstrou ao governo que não estava brincando, dando uma resposta organizada, firme e nacionalmente articulada (GÖRGEN, s/d, p. 10).

O desejo de liberdade, de justiça, de ter o que comer e viver dignamente fez com que os camponeses sem-terra caminhassem e continuassem a caminhar. Isto se deu na

denúncia do latifúndio da família Abdalla, na permanência e na ocupação daquelas terras no movimento da Fazenda Primavera, como também na crítica aos representantes do Estado, na figura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como defensor da ordem vigente.

Como assinalado em nota de rodapé, em vista desse cenário de lutas, no dia 08 de julho de 1980, ainda no governo civil-militar de João Batista Figueiredo, a Fazenda Primavera foi decretada área de implantação de um projeto de Reforma Agrária. Narra Fernandes (1985) que a decisão foi comemorada com muita festa, pois implicava a conquista de um sonho de ter o acesso ao pedaço de terra. Assim, os assentamentos no estado de São Paulo, dos anos 1980 até o tempo presente, são herdeiros desse processo de lutas da Fazenda Primavera, semelhante ao que aconteceu em Nonoai-RS e em outros lugares do país, como nos campos do Pontal do Paranapanema-SP. Ao dar-se o encontro com a terra na condição de assentados, o que o campesinato da Primavera e de outros assentamentos pela região almejou foi a permanência, o lançar as âncoras no que se desejava porto seguro, por mais difíceis que tenham sido os percalços da travessia.

O relato de Da. Anita, no Assentamento São Joaquim, em Castilho, região de Andradina, também fruto das lutas da Primavera, revelou-nos a importância da defesa da "terra de trabalho" e da produção de alimentos como legitimadora do direito moral a terra, mesmo num tempo anterior ao assentamento definitivo, na ocupação de parte da reserva da fazenda Timboré:

> Cada um de nós pegou um pequeno pedaço de terra na reserva e continuamos nossa luta. Neste pedaço de chão fizemos barracos e furamos o poço cacimba e começamos o preparo da terra, era mês de setembro, de chuva a nosso favor. Plantamos arroz, milho, mandioca, quiabo, banana, batata e horta. Na colheita, era tanto para o sustento como para a venda, começamos vender na rua, na feira, e mercados também. Só em mercados entregamos sete anos, tudo isso só em três alqueires para duas famílias, graças a Deus vencemos esta etapa. (...) Mas nunca nos acomodamos, sempre trabalhando e diferenciando os produtos que o mercado em geral pedia, por exemplo: mamão, maxixe, pepino, algodão, criação de porco e gado de leite, e café produzia tanto que tirávamos até nota produtora.[29]

Fosse pela organização do MST, de outros movimentos sociais de luta pela terra ou mesmo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais em aliança com estes movimentos – como no caso de Andradina, em que o STRs estava comprometido com a luta dos camponeses, pelo menos desde meados de 1980 – esses homens e mulheres, em movimento, reivindicaram não somente a Reforma Agrária como o caminho para a permanência na terra, mas também o direito à assistência técnica, acesso aos programas de créditos, condições dignas de saúde, lazer, educação, transporte etc. Encontramos ainda a denúncia de um tempo de opressão anterior ao assentamento, e a percepção de que, nele, o tempo vivido não era mais o da terra do patrão, do caminhão de boia-fria, do gato. Compreender estas questões implica apreender dimensões outras que requerem o exercício da objetivação, da aproximação com o real, como diria Japiassu (1976), que faz com que a objetividade e a subjetividade se encontrem num processo dialógico redefinindo sentidos, como o próprio conceito de propriedade da terra.

As considerações de Oliveira (2001) acerca do significado de propriedade para o campesinato tornam-se reveladoras do que estamos aqui tratando:

[29] Entrevista realizada com Da. Anita, por Vânia dos Santos Pontin, no Assentamento São Joaquim, Castilho-SP, em 2009.

> Outro elemento da produção camponesa é a propriedade da terra. Aqui estamos diante da propriedade familiar, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É, pois, terra de trabalho. É portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração (OLIVEIRA, 2001, p. 60-61).

Partimos da interpretação de que os camponeses devem ser compreendidos como agentes sociais a construir a história e não somente a sentir-lhe o peso, pois, diferentemente da leitura que minimiza os seus saberes, vistos como "arcaicos" ou como sinônimo de "atraso", esses sujeitos concebem a autonomia e a liberdade como elementos fundamentais, vividos e defendidos nas ações cotidianas do assentamento e num projeto centrado no ideário camponês:

> Conquistada a terra, trata-se de reconstruir suas vidas nesse novo lugar, num projeto que está centralizado no ideário camponês baseado na autonomia e liberdade. Assim, pensar o assentamento revela-se num exercício precioso, pois a apropriação do território produzido pela lógica capitalista, possibilitará a re-construção do território camponês (SIMONETTI, 1999, p. 8).

A imagem de que o campesinato é o sinônimo do atraso, tal como assinalaram alguns autores, precisa ser questionada para ultrapassarmos a visão que impossibilita apreender os diferentes saberes. Isso nos leva a retomar as considerações de Martins (1988) em sua obra *Não há terras para plantar neste verão*, ao referir-se aos processos de intensa migração no Brasil e à nova concepção de direito. Em seus velhos e bons tempos, dizia este autor que se o direito é construído sobre o torto, ou seja, "sob a usurpação do direito do outro, desvenda para o outro a sua concepção de direito. Neste sentido, a cerca não fecha, abre: abre a consciência para o direito lesado, abre a luta pelos direitos, abre a luta contra o direito edificado sobre a injustiça" (MARTINS, 1988, p. 11).

Nessa perspectiva de análise, como dito anteriormente, o gado, nos assentamentos, tem nome e não número, semelhante aos de "Sagarana", narrados por Guimarães Rosa (1984). É a mimosa, a bola de neve, a pretinha, a malhada, diferente do gado do latifúndio. É a horta, junto ao pomar, costumeiramente próximos a casa, que na paisagem de um sítio e/ou lote dão a tonalidade para o lugar entendido como "morada da vida" nas palavras de Heredia (1979). E este lugar também tem nome. Pode ser "Dois irmãos"; "Sítio das flores"; "Paraíso", "Sítio Nossa Senhora Aparecida", "Paulo Freire", "Che Guevara", entre tantos outros nomes que muitas vezes misturam militância e religiosidade. O pomar, a horta e a casa são a representação da conquista da terra que germina os frutos do trabalho e a possibilidade de continuidade da vida. O lugar se modifica com esses elementos. O terreiro ao lado, ou mesmo nos fundos da casa, torna-se o espaço em que é possível entender os dois elementos, horta e pomar, associados, como algo fundamental para a vida camponesa.

A casa, junto ao terreiro, é o espaço por excelência de "morada da vida", segundo D'Aquino (1996). Manter o terreiro sempre limpo, semelhante à roça, capinada, representa o trabalho e o cuidado com a terra, sinônimo de orgulho para esses homens e mulheres. Quando o mato chega aos quintais e à roça, é sinal de que a força de trabalho está se esvaindo e que o encontro com a terra foi verdadeiramente tardio. Esta concepção de "terra do trabalho" como "morada da vida" está presente na memória dos assentados da Fazenda Primavera, como é possível encontrar nos relatos a seguir, coletados por Fer-

nandes (1985), especialmente ao relembrarem a chegada a terra ainda na condição de arrendatários e/ou posseiros, nos anos 1940.

Em texto já relacionado, Maria Esther Fernandes (2010) retoma esta memória e nos mostra o quanto as recordações se tornaram alimento para as ações dos posseiros, desde os primeiros tempos na Fazenda Primavera, anteriores ao assentamento, a fim de que permanecessem na luta para a conquista efetiva daquele lugar:

> Os mais velhos falam da época em que chegaram. Das dificuldades encontradas, da riqueza da terra virgem, das madeiras, das colheitas fartas.
> 'Cheguei aqui no dia 10 de agosto de 1941. Ah, minha filha! Aqui dava uma lavoura! Aqui, você plantava arroiz nesse espigão que ficava da minha altura. Teve ano de eu plantá seis alqueire e colhê trezentos saco. Naquele tempo você plantava feijão da seca, plantava no meio do milho.' Como se pode depreender dos relatos, os mais velhos se lembram não apenas do ano de chegada, mas também do dia, e alguns fazem questão de mencionar até a hora. 'Cheguei aqui no dia 11 de janeiro de 1948, três hora da tarde. Isso aqui era só mato. Viemo a pé de Andradina até a sede da fazenda' (FERNANDES, 2010, p. 219).

Ao narrar o significado da pesquisa de campo e da possibilidade de apreender os diferentes saberes imersos no encantamento desta vivência, ou seja, no modo como concebera o trabalho com esses sujeitos, observou a autora: "do corajoso enfrentamento da vida, singelas alegrias, lições de solidariedade" (FERNANDES, 2010, p.224). No convívio com os camponeses da Primavera, ao evidenciar esta compreensão dos agentes e de sua história e memória, entrelaçadas, ela ainda nos brindou com este testemunho de um dos lavradores: "Eu ajudei. Graças a Deus, no que eu pude, ajudei. As formigas são pequeninhas, mas a senhora pode assuntá. No lugar delas, quando elas junta tudo, quanto é outro dia, tá uma ruma de terra. Quem carregou? Tá feito, né? Se não tiver uma demão é duro..." (FERNANDES, 2010, p. 224).

Considerações finais

Ao analisarmos as evidências históricas que se agitam diante de nossos olhos, é possível perceber o quanto o movimento de luta pela terra e para se desvencilhar das injustiças tomou caráter amplo e de conscientização nas práticas dos camponeses sem-terra de Andradina. Essas práticas puderam ser apreendidas na documentação do IAJES e na reflexão acerca da CPT. As práticas de resistência dos posseiros da Fazenda Primavera, como os inúmeros outros movimentos que despontaram dessa experiência, podem ser entendidas enquanto "ações concretas", vividas intensamente por esses sujeitos, possibilitando pensar o modo como os sem-terra foram construindo a história da luta pela terra na região na troca de saberes com os agentes mediadores. Em vista disso, é possível concluir que foi o enfrentamento à "terra do rei do gado", como é conhecida Andradina, e a defesa da "terra de trabalho" e "morada da vida", que fizeram com que homens, mulheres e crianças rompessem o "direito construído sobre o torto" (MARTINS, 1988, p.11) e edificassem o "direito moral", como diria Thompson (1981, 1998).

É inegável a contribuição do IAJES e da CPT para este processo em apoio aos movimentos de luta da Primavera, a fim de que o desejo do roçado se espraiasse e impulsionasse muitas outras ocupações de terra pela região e por todo o estado de São Paulo, nas décadas de 1980 e 1990, a exemplo dos campos do Pontal do Paranapanema, assim como outras localidades do território brasileiro, inspirando ainda a aliança campo e cidade. No que diz respeito aos posseiros da Primavera, recorremos, novamente, a um dos

relatos coletados por Fernandes (2010), de uma beleza e profundidade que poucos trabalhos de campo dão conta de abarcar. Brinda-nos esta autora com suas memórias sobre a construção do trabalho e, junto a elas, com as reminiscências dos personagens centrais da trama. Ao contar sobre o que fora retomar essas narrativas, observou:

> É também o momento de rememorar, de dobrar-se sobre o vivido. Certo dia, no final de uma longa entrevista, onde o depoente narrava a luta enfrentada pelos lavradores da "Primavera" para permanecerem na terra por eles desbravada, após uma longa pausa, na qual só se ouvia o ruído da fita no gravador, vieram estas palavras, entremeadas de reticências: '(...) Eu tenho dia que eu fico acordado assim... toda vida..., penso bem aquilo da orientação... do caminho... da verdade... (...) e às veis eu fico pensando naquele tempo que eu era moço, que eu trabalhava dentro do mato..., roçando..., derrubando aqueles terreno – aquilo tudo verde... – precisa de vê – dum verde que a senhora não pode imaginá. Então, a gente acorda... e fica pensando assim:- Mas sim sinhô!... tá bom... É, dona, até suei. A senhora qué tê a bondade de por prá tocá pra eu escutá o que falei? (Retirou o lenço do bolso e enxugou as lágrimas) (FERNANDES, 2010, p. 226).

Somando-se às considerações de Maria Esther Fernandes sobre os posseiros da Primavera, gostaríamos de finalizar este texto recorrendo a Paulo Freire, em suas últimas cartas, ao afirmar a necessidade de apreensão do mundo e da consciência, do caráter objetivo e subjetivo da práxis humana como construtores de ações que os homens e mulheres estabelecem sobre o mundo, ao serem agentes transformadores de sua própria história. Em suas palavras:

> Numa perspectiva não objetivista mecanicista nem subjetivista, mas dialética, mundo e consciência se dão, como disse Sartre, simultaneamente. A consciência do mundo engendra a consciência de mim e dos outros no mundo e com o mundo. É atuando no mundo que nos fazemos. Por isso mesmo é na inserção no mundo e não na adaptação a ele que nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir de romper (FREIRE, 2000, p. 90).

Nesse rompimento com o mando, com o poder do latifúndio – e sua aliança com os poderes públicos –, tal como o descobrimento do mundo e de serem sujeitos históricos, também a partir das ações do IAJES e da CPT, que foram fortalecidas as práticas dos posseiros da Fazenda Primavera. Outros movimentos tomariam essa experiência como herança histórica. O que tecemos neste texto foram algumas impressões que necessitam ser aprofundadas em vista das marcas deixadas por esses homens, mulheres e crianças numa terra quase que consagrada pelo "grilo" e pelo "mito do rei do gado". Desconstruir esse mito e buscar as pessoas comuns é uma tarefa para muitas mãos, como, por exemplo, o trabalho de Fernandes (1985 e 2010) e de Oliveira (2016), para que seja possível demonstrar que importa apreender mais a história dos homens e mulheres pobres, camponeses sem-terra, que a do boi; a vida que a morte, e a resistência para além da sujeição.

Referências

ALEXANDRE, H. C. A luta pela terra em Andradina-SP: Os posseiros da Fazenda Primavera. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.1, nº1 jun-nov 2011. p.159-171.

BORGES, M. C; CARMO, V. T. M. do. IAJES: um olhar para a sua história e para os posseiros da fazenda Primavera. In: *O Trabalho com as fontes no ensino e na pesquisa em História.* BORGES, A. S et alii. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

BORGES, M. C. *O desejo do roçado*: práticas e representações camponesas no Pontal do

Paranapanema – SP. São Paulo: Annablume, 2010.
BORGES, M. C. *Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema*: de posseiros a assentados. Curitiba: CRV, 2017.
CARVALHO, L. H. *A trajetória de vida dos assentados de Primavera e Belo Monte.* 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2008.
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Igrejas e Problemas da terra.* São Paulo: Edições Paulinas, 1980.
D'AQUINO, T. A Casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das Terras de Promissão- SP. *Anais do 23º Encontro nacional de estudos rurais*, São Paulo, 22-24 de maio de 1996.
FERNANDES, M. E. *A Reforma Agrária no discurso dos lavradores da fazenda Primavera.* 1985. Tese (Doutorado em Comunicações e Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
FERNANDES, M. E. Revendo o percurso: o rural visto por dentro. *Cadernos CERU*, série 2, v. 21, n. 1, junho de 2010, p. 213-229.
FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, v. 1, n. 75, p. 83-129, 1999.
FREIRE, P. *Pedagogia da indignação:* cartas pedagógicas e outros escritos. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
GARCIA JÚNIOR, A. R. *Terra de Trabalho:* trabalho familiar de pequenos produtores. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
GÖRGEN, F. S. História da Luta pela Terra. *Caderno de Formação* n. 02. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Rio Grande do Sul, s/d.
HEREDIA, B. M. A. de*. A morada da vida:* trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v.07)
IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica.* Rio de Janeiro: Imago, 1976.
LENHARO, A. *Sacralização da política.* Campinas, SP: Papirus, 1986.
MARTINS, J. de S. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. *Caderno do CERU*, São Paulo, n. 5, 1972.
_____. *Não há terras para plantar neste verão.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
MORAES, C. S. Elementos sobre a teoria da organização no Campo. *Caderno de Formação* n. 11,São Paulo, 1986.
NAXARA, M. R. C. *Estrangeiro em sua própria terra* – representações do brasileiro 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.
OLIVEIRA, A. U. de. *Agricultura camponesa no Brasil.* 4ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.
OLIVEIRA, M. E. de. *O grito abençoado da periferia:* movimentos populares entre a religião e a política no noroeste paulista. Curitiba: CRV, 2016.
PORTELLI, A. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. *Revista Trilhas da História*. v.7, nº13 jul-dez, 2017. p.182-195 (Tradução de Lila Cristina Xavier Luz)
ROSA, J. G. *Sagarana.* 40ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena:* experiência, fala e lutas dos trabalhadores na Grande. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
SANTOS, R. O. C. dos. A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP). *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 17, nº 25, Jul/Dez. 2014.
SANTOS, J. V. T. dos. Movimentos camponeses no Sul: Produto e Terra (1978-1981).

Boletim da Associação brasileira de reforma agrária ABRA. Campinas, v.12, nº 01, Jan/ Fev- 1982.
SHANIN, T. Lições Camponesas. In: *Campesinato e Territórios em Disputa*. PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.
SIMONETTI, M. C. L. *A longa Caminhada:* a (re)construção do território camponês em Promissão. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
_____. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
VEIGA, J. E. da. *A reforma que virou suco:* uma introdução ao dilema agrário do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.
WOORTMANN, K. "Com Parente Não se Neguceia". O Campesinato Como Ordem Moral. *Anuário Antropológico*, n.87. Brasília: Editora UnB, 1990.

Recebido: 09/08/2021
Aceito: 22/12/2021